

Habitação para todos

Agora que o decreto desapropriatório de terras vem de ser homologado pelo poder executivo federal, não será demais que HABITAT volte a ventilar o problema das habitações, fator que tem gerado descontentamento social, pondo em risco as instituições democráticas livremente constituídas no Brasil.

O teto, praticamente, é a condição material da família, e quaisquer deficiências ou desajustes entre a construção de habitações e o número de famílias trará, inevitavelmente, sérias conseqüências no nível geral da sociedade brasileira. Daí poder-se dizer que a habitação é problema da maior magnitude para a vida de um povo, devendo o mesmo ser tratado com desvelo e constância de cada dia, no mesmo grau de relêvo com que diuturnamente são tratados os de alimentação, vestuário e instrução, indispensáveis, em última análise, ao bem viver.

Em recente conferência, o prof. Arthur Rios, evidenciou o baixo índice de residências no Brasil, acentuando que de acôrdo com o censo, havia no país, em 1950, 10 milhões de residências, sendo cêrca de 37% nas cidades e 63% nas zonas rurais. Sem contar que dêsses 10 milhões, 60% são prédios rústicos, sem um mínimo de higiene e confôrto, sem banheiro e com má distribuição dos cômodos. O problema se agrava anualmente tendo em vista o crescimento da população brasileira, que é da ordem de 3%, enquanto o índice de construção não passa de 1% acumulando, assim, em cada doze meses, um deficit de 2%.

Ôbviamente a crise de habitação é uma realidade não só no Brasil mas também em todos os países da América Latina ou mais pròpriamente dito, em tôdas as regiões insuficientemente desenvolvidas do globo. Não se trata de um problema novo, nem de uma questão insolúvel. A melhor solução encontrada até êste instante tem sido o estímulo à poupança individual, através de estabelecimentos e cooperativas de crédito especializados no setor de hipotecas ou a expansão das carteiras de financiamento, caixas econômicas e rêde de bancos oficiais ou privados.

No entretanto, de forma simplista e sem complicações ou demagogia, pode-se alvitrar que partindo de um planejamento urbano, sem o qual nada de útil poderá ser realizado, o problema poderia ser equacionado com a criação de um órgão para estudos de material sócio-econômico para fixação de um tipo de habitação popular em cada região do país, sendo imprescindível a presença em tal órgão de arquitetos e urbanistas. Ainda é necessário um mecanismo creditício que facilite a compra da casa própria, como e ainda, a criação de um sistema que atraia capitais privados ao financiamento, com aplicação das poupanças públicas e modificações da Lei do Inquilinato, eliminando suas limitações.

Favoráveis em tôda a linha ao princípio da livre empresa, sem a qual nada de bom se faz, necessário se torna que, poder público e iniciativa privada, de mãos dadas, marchem para solução de tão transcendente problema social.